



## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 07/05/2025

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado comentou o início do Conclave no Vaticano, destacando a expectativa em torno da escolha de um novo Papa. Enfatizou a representatividade inédita do atual colégio de cardeais, com maioria fora da Europa, e defendeu a eleição de um líder religioso comprometido com a paz, os pobres e o cuidado com o planeta. Relembrou o legado do Papa Francisco em temas como inclusão, combate à pedofilia e valorização das mulheres na Igreja. Ressaltou ainda o papel do Papa como chefe de Estado e referência global para questões humanitárias e ambientais.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado alertou para os riscos do Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, previsto para votação, que permite o uso de fundos constitucionais, inclusive o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como garantia em concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Também criticou a possibilidade de destinar recursos da educação básica pública para financiar projetos de infraestrutura, classificando a proposta como inconsequente. Ao concluir, defendeu a preservação do investimento público em escolas públicas e convocou a bancada da educação, de todos os partidos, a se posicionar contra o uso do Fundeb como garantia em PPPs.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado destacou a abertura de edital do programa Mais Médicos, com mais de 3 mil vagas disponíveis para Municípios de todo o Brasil, com prazo de inscrição até o fim de semana. Ressaltou a importância da iniciativa para ampliar o acesso à saúde e reduzir filas no Sistema Único de Saúde (SUS), citando cidades do Paraná que serão beneficiadas, como Colombo, Cascavel, Toledo, Cianorte e Guarapuava. Além disso, enfatizou o valor do SUS como patrimônio nacional e defendeu seu financiamento contínuo. Também alertou os Prefeitos para não perderem o prazo de habilitação no sistema do Ministério da Saúde.

**Ismael (PSD - SC)** - O Deputado manifestou insatisfação com a aprovação do aumento no número de Parlamentares na Câmara, apesar de Santa Catarina ser um dos Estados beneficiados com a ampliação de cadeiras. Lamentou o impacto orçamentário da medida, estimando um custo de R\$ 60 milhões por novo Deputado ao ano, e defendeu que o Parlamento poderia operar com 250 membros. Considerou a decisão uma derrota para a democracia, mas afirmou que seguirá trabalhando por um Brasil melhor.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a atuação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Governo Federal quanto à situação da BR-364 no Acre. Citou a



declaração do superintendente do órgão, que afirmou que a rodovia entrou em falência total, e afirmou que quem está em colapso é o próprio DNIT, citando desperdício de mais de R\$ 300 milhões investidos em 2023. Destacou que os recursos públicos foram desperdiçados, e a condição da estrada continua precária, prejudicando o Estado.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado registrou moção de aplauso pela comemoração dos 40 anos de emancipação política do Município de Maetinga (BA). Destacou a importância da data e cumprimentou lideranças locais, como o Prefeito Sergio Barros, o ex-Prefeito Edcarlos, o Vice-Prefeito Dai do Caminhão e outros representantes da comunidade. Além disso, informou que participaria das celebrações, que incluem atividades culturais, religiosas e esportivas, em homenagem à trajetória do Município.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado cobrou do Presidente Lula o envio de medida provisória para viabilizar a segunda etapa do reajuste salarial de 30% anunciado pelo Governador Ibaneis Rocha às forças de segurança do Distrito Federal. Destacou que o aumento, custeado pelo Fundo Constitucional do DF, não depende de recursos da União. Também criticou a demora do Governo Federal e afirmou que disputas políticas entre o Governador e o Presidente não podem prejudicar servidores da segurança pública. Por fim, reiterou que o reajuste contempla igualmente as polícias Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado criticou a mobilização dos Parlamentares bolsonaristas para coletar assinaturas com o objetivo de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Afirmou ser favorável à investigação e destacou que a Polícia Federal (PF) está apurando o caso, defendendo punição rigorosa aos responsáveis. Ironizou, no entanto, a tentativa da oposição ao lembrar da CPI do 8 de Janeiro, inicialmente impulsionada pelos próprios bolsonaristas, mas que acabou revelando o envolvimento direto de oito Generais e da cúpula do Governo Bolsonaro na tentativa de golpe. Alertou que a nova CPI pode seguir o mesmo rumo e comprometer politicamente seus proponentes. Por fim, reforçou que, caso novas revelações comprometam a oposição, não será aceitável recorrer ao discurso de anistia.

**Marcio Alvino (PL - SP)** - O Deputado prestou homenagem ao Vereador Johnny da Inclusão, da cidade de Mogi das Cruzes (SP), destacando seu trabalho em prol das pessoas que mais precisam e sua dedicação às pautas voltadas à inclusão social. Ressaltou o impacto positivo da atuação de Johnny na comunidade local e afirmou ser uma honra recebê-lo em Brasília (DF). Comprometeu-se ainda a destinar recursos para apoiar as entidades indicadas por Johnny, que prestam serviços essenciais à população mogiana.



**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada saudou o Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES) pelos seus 40 anos de existência. Destacou o papel fundamental da entidade na formação sindical de trabalhadores e no fortalecimento do movimento sindical brasileiro, com uma trajetória iniciada em 1985, em meio à luta pela redemocratização do país. Ressaltou que o CES já formou mais de 45 mil trabalhadores e trabalhadoras, contribuindo significativamente para a organização e capacitação das categorias profissionais. Concluiu parabenizou a entidade por sua história e relevância.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada convidou todos os presentes a visitarem a exposição no corredor da Câmara dedicada à Semana da Enfermagem. Destacou o papel essencial desses profissionais, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, quando demonstraram coragem, dedicação e enfrentaram enormes riscos mesmo diante da escassez de equipamentos e da negligência do Governo anterior. Enfatizou que a maioria dos profissionais de enfermagem é composta por mulheres, muitas delas negras, o que torna ainda mais urgente o reconhecimento e o apoio às suas demandas por melhores condições de trabalho. Por fim, agradeceu ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), na pessoa do Presidente Neri, e reforçou o apelo por valorização e respeito a esses trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada destacou que a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réus mais sete envolvidos em núcleos golpistas ligados à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e à chamada "Abin Paralela", criada sob a condução do então diretor e atual Deputado Ramagem. Criticou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que tentaria não apenas proteger Ramagem, investigado por crimes cometidos antes de assumir o mandato parlamentar, mas também figuras como Jair Bolsonaro, Augusto Heleno e Braga Netto, todos envolvidos em ações que classificou como gravíssimas contra a Constituição e o povo brasileiro. Afirmou que esse tipo de conduta representa uma usurpação da função da Câmara e reforçou seu compromisso com a defesa da vida e da democracia.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado repudiou os pedidos de anistia a envolvidos nos atos golpistas e atentados ligados ao bolsonarismo. Parabenizou as forças de segurança pelo trabalho no Rio de Janeiro (RJ), que impediu um atentado a bomba durante um *show*, cujo alvo era a comunidade LGBTQIA+. Afirmou que esses episódios, somados ao histórico de violência e intolerância da extrema direita brasileira, demonstram que o bolsonarismo deve ser classificado como um movimento terrorista. Além disso, lembrou atentados históricos promovidos por extremistas de direita, como o caso da carta-bomba, em 1980, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o atentado do Riocentro, em 1981, e planos atribuídos ao próprio Bolsonaro em 1986, além das ações golpistas de 8 de janeiro de 2023 e outras tentativas de atentado recentes. Alertou que



conceder anistia a tais indivíduos seria repetir os erros do passado, como ocorreu após a ditadura de 1964, e permitir que ameaças à democracia reapareçam. Concluiu defendendo a punição rigorosa dos envolvidos.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado anunciou que seu projeto para a criação da Zona Franca de Brasília, que abrange o entorno da capital federal e parte do noroeste de Minas Gerais, foi bem acolhido na Câmara e esclareceu que a proposta não prejudicará a Zona Franca de Manaus (ZFM). Destacou que o objetivo será fomentar a industrialização de uma região que concentra cerca de 5 milhões de pessoas e carece de empregos e desenvolvimento industrial. Reforçou que nenhuma empresa será retirada do Amazonas e que o projeto visa atrair indústrias ambientalmente corretas, assegurando diálogo com a bancada do Amazonas para evitar conflitos.

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado registrou a presença na Câmara do Dr. José Osmir Bertazzoni, destacado líder dos servidores públicos municipais de Piracicaba (SP), e de Ronyson Rodrigues Ramos de Oliveira, assessor técnico da Diretoria. Ambos vieram a Brasília (DF) para tratar da pauta de direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, atuando também como conselheiros do mandato do Deputado. Por fim, saudou a visita como uma honra e ressaltou a importância da atuação de ambos na luta por justiça e valorização do funcionalismo.

**Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ)** - O Deputado posicionou-se contra qualquer tentativa de anistia aos envolvidos no ataque à democracia ocorrido entre 2022 e 2023. Destacou a entrega de um abaixo-assinado com mais de 180 mil assinaturas, organizado por entidades como a Nossas e o Pacto pela Democracia, exigindo o arquivamento do projeto de anistia. Lembrou que 56% da população, segundo o Datafolha, também é contra a proposta. Explicou que anistiar os responsáveis por um golpe frustrado seria repetir o erro histórico do Brasil ao não responsabilizar torturadores da ditadura militar, o que deixou marcas profundas na democracia até hoje. Acusou Jair Bolsonaro de liderar uma articulação sistemática para impedir as eleições, a posse e o Governo de Lula, classificando tais atos como uma tentativa organizada de ruptura institucional. Concluiu defendendo a responsabilização dos envolvidos como um imperativo de justiça, memória e compromisso democrático, não por vingança, mas por convicção.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado criticou a atuação da Oposição, que tenta aprovar na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) o projeto de anistia aos envolvidos em crimes contra a democracia, além de defender o trancamento de ações penais contra o Deputado Ramagem e outros réus. Ressaltou que enquanto a Oposição busca absolver golpistas, o Governo Lula trabalha efetivamente pelo país,



citando a redução de 27,7% no preço do óleo diesel, e lembrando que, sob o Governo anterior, o combustível teve alta de 203%, em contraste com as quedas atuais.

**Giovani Cherini (PL - RS)** - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando que o clima interno é de velório e que o regime petista fracassou. Acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de agir com parcialidade contra o ex-Presidente Bolsonaro e afirmou que há silêncio diante do rombo fiscal de R\$ 210 bilhões. Além disso, destacou sua insatisfação com prisões de manifestantes, classificando-as como injustas, e defendeu anistia para os detidos. Disse que o verdadeiro golpe seria o uso indevido de recursos públicos. Também acusou o PT de iniciar a prática de manifestações nas ruas e afirmou que a paz no País depende do STF respeitar sua competência constitucional e do Congresso exercer seu papel legislativo.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado criticou a proposta de proibição da exploração de petróleo na Amazônia, protocolada por um Parlamentar de São Paulo. Defendeu que não há conflito entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, desde que haja responsabilidade ambiental. Também destacou que a exploração está a 500 km da foz do Rio Amazonas e que a Petrobras possui capacidade técnica e compromisso com o controle de impactos. Ademais, reivindicou o direito da população amazônica a uma vida digna, lembrando o déficit da região em energia elétrica, habitação e saneamento. Ainda lembrou que a região apresenta um dos piores indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Por fim, defendeu a exploração racional dos recursos como instrumento de justiça social e desenvolvimento nacional.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado celebrou o avanço do Brasil no *ranking* global de desenvolvimento humano, atribuindo a melhora aos resultados obtidos nos últimos dois anos nas áreas de distribuição de renda e saúde. Destacou a redução do desemprego, o aumento real do salário mínimo, investimentos recordes e o retorno do Brasil ao grupo das dez maiores economias do mundo. Elogiou também a Petrobras pela queda acumulada de 34,9% no preço do diesel desde 2023, contrastando com o aumento de 203% no Governo anterior. Concluiu ressaltando que esses avanços refletem maior justiça social e fortalecimento da economia.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado manifestou-se contra a concessão de anistia a envolvidos em atos golpistas, argumentando que essa medida beneficiaria não apenas os que já respondem a processos, mas principalmente aqueles que ainda podem ser responsabilizados. Além disso, afirmou que a anistia incentivaria novos ataques à democracia, ao permitir a impunidade de figuras centrais, como o ex-Presidente Bolsonaro e militares de alta patente. Destacou que os recentes indiciamentos ampliam o receio entre os envolvidos e reiterou a necessidade de responsabilização para evitar novos episódios de ameaça institucional.



**Juliana Cardoso (PT - SP)** - A Deputada destacou os avanços promovidos pelo Governo Lula nas terras ianomâmis, após o cenário de emergência humanitária deixado pelo Governo anterior. Citou melhorias na saúde, segurança e alimentação da população indígena, com quase 80% das crianças acompanhadas nutricionalmente e crescimento constante no atendimento. Ademais, afirmou que o combate ao garimpo ilegal permitiu a retomada da produção agrícola e o início da autonomia alimentar. Também elogiou o trabalho articulado de diversos Ministérios e órgãos federais e afirmou que proteger os povos indígenas é compromisso com a Constituição, com a humanidade e com o clima.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou a rejeição, pela Comissão do Esporte (Cespo), do requerimento que solicitava audiência pública para debater supostas irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Destacou que o mesmo pedido foi aceito no Senado, evidenciando a força do lóbi da CBF na Câmara. Lamentou a recusa da confederação em participar do debate público e afirmou ser a primeira vez que isso ocorre. Finalizou ressaltando a crise no futebol brasileiro, que, desde 2002, não conquista resultados expressivos em campeonatos mundiais.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado respondeu à menção feita pelo Deputado José Nelto sobre a suposta recusa da bancada do Amazonas em dialogar sobre a criação da Zona Franca do Distrito Federal e Entorno. Esclareceu que a Mesa Diretora da Câmara deve avaliar a admissibilidade de projetos de lei sobre incentivos fiscais, especialmente após a aprovação da reforma tributária. Destacou que a Constituição veda propostas desse tipo com corte em 31 de maio de 2023 e que mudanças no rito constitucional exigem atenção. Por fim, alertou para o risco de aprovação de projetos inconstitucionais.

**Dimas Gadelha (PT - RJ)** - O Deputado destacou a instalação da Comissão Especial da reforma tributária sobre a renda, classificando-a como um dos trabalhos mais relevantes da Câmara. Defendeu mudanças no sistema atual, que considerou arcaico e injusto, onde trabalhadores de baixa renda pagam proporcionalmente mais impostos que os super-ricos. Criticou a isenção sobre lucros e dividendos no Brasil e elogiou medidas já adotadas pelo Presidente Lula, como a correção das faixas de isenção e a proposta de ampliar a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Concluiu defendendo a promoção da justiça social e maior contribuição dos mais ricos.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado afirmou que o maior escândalo de corrupção da história do País seria o do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que pode ultrapassar R\$ 90 bilhões em prejuízos. Comparou esse suposto rombo a outros casos como o mensalão, o petrolão, os Correios e os desvios apurados pela Lava Jato. Criticou o Governo Lula, acusando-o de ser responsável por sucessivos casos de



corrupção, incluindo déficits nas estatais que teriam ultrapassado R\$ 8 bilhões em 2024. Ao concluir, ressaltou que os desvios atuais são mais graves pela recorrência e pela gravidade das cifras envolvidas.

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado prestou uma homenagem emocionada à sua filha, Luana Rocha da Silva, falecida aos 35 anos após cinco anos de luta contra o câncer. Relatou o sofrimento da filha, a força com que enfrentou a doença e agradeceu o apoio recebido de colegas Parlamentares, da família, de amigos e da rede pública de saúde. Destacou a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) e dos profissionais envolvidos no tratamento. Anunciou um ato em memória de Luana em Diadema e expressou solidariedade a todas as famílias que enfrentam perdas semelhantes. Finalizou declarando que a filha será eternamente lembrada.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado solicitou, em nome de todos os Parlamentares, um minuto de silêncio em homenagem à filha do Deputado Vicentinho, Luana Rocha, falecida recentemente. Destacou o respeito e o companheirismo do Deputado Vicentinho no Parlamento e afirmou que a homenagem, embora simples, representava a solidariedade coletiva da Casa diante da dor do colega. Encerrando, desejou que Deus trouxesse conforto ao coração do Deputado e de sua família.

**Delegada Katarina (PSD - SE)** - A Deputada homenageou os 50 anos da TV Atalaia, primeira emissora de televisão de Sergipe. Destacou a relevância da emissora na valorização da identidade sergipana e seu papel histórico na informação, no entretenimento e na mobilização social. Também ressaltou o comprometimento da TV Atalaia com o jornalismo regional de qualidade e parabenizou todos os profissionais envolvidos em sua trajetória. Além disso, prestou reconhecimento à família Franco, especialmente a Walter Franco, pela visão de uma comunicação voltada à transformação social. Encerrou celebrando a importância da mídia regional para uma sociedade mais democrática.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou o avanço do Brasil no *Ranking* Mundial da Liberdade de Imprensa, com a subida de 47 posições, em contraste com a queda de outros países. Ressaltou que esse progresso reflete o fortalecimento da democracia, já que a liberdade de imprensa é um de seus pilares fundamentais. Ademais, atribuiu a melhoria ao Governo do Presidente Lula, que tem atuado para garantir o livre exercício da imprensa no País. Também defendeu a continuidade das ações em defesa da democracia e repudiou iniciativas que tentam enfraquecê-la.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou a decisão do Governo brasileiro de não reconhecer o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas, conforme revelado em diálogo com autoridades dos



Estados Unidos. Argumentou que essas facções atuam em todo o território nacional com controle de territórios, tráfico de drogas e armas, e imposição de toque de recolher. Condenou o que classificou como negacionismo criminal por parte do Ministério da Justiça e afirmou que o Governo falha em proteger a população. Além disso, citou pesquisa da Quaest que indica ampla percepção de impunidade judicial entre os brasileiros.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado cobrou o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do roubo dos aposentados, de sua autoria, que já conta com apoio de mais de 190 Deputados. Ressaltou que é necessário identificar e responsabilizar os culpados pelos desvios que atingiram aposentados, pensionistas, doentes, indígenas e pessoas com deficiência. Também relatou ter tratado do tema com o Presidente Hugo Motta, que o orientou a negociar a retirada de outros requerimentos de CPI para viabilizar a instalação da comissão. Reforçou o apelo por justiça e pela devolução dos recursos desviados às vítimas.

**Delegado Fabio Costa (PP - AL)** - O Deputado denunciou a falta de reconhecimento, por parte do Governo de Alagoas, da carga horária de 40 horas semanais cumpridas por policiais civis. Destacou que, apesar das promessas, o Estado continua a desrespeitar esses profissionais. Nesse sentido, criticou um parecer da Procuradora-Geral Samya Suruagy, que beneficiou com esse direito apenas um policial civil ligado ao Governador e ao Presidente da Assembleia do Estado, o qual responde por diversas acusações graves, incluindo fraudes, homicídios e tentativa de homicídio. Ao concluir, cobrou justiça e tratamento igualitário para toda a categoria.

**Luiz Carlos Haully (PODE - PR)** - O Deputado registrou o início do conclave em Roma. Ressaltou a representatividade dos 133 cardeais participantes, que refletem milhões de religiosos e entidades ligadas à Igreja Católica, além de 1,5 bilhão de católicos e 2,5 bilhões de cristãos no mundo. Finalizou expressando o desejo de que o Espírito Santo conduza a escolha de um papa à altura dos desafios contemporâneos.

**Roberto Monteiro Pai (PL - RJ)** - O Deputado manifestou apoio à iniciativa do Deputado Coronel Chrisóstomo de coletar assinaturas para abertura de uma CPI relacionada a denúncias de descontos indevidos em contracheques de aposentados e pensionistas. Criticou a situação como vergonhosa, mencionando que recebe constantes reclamações por meio de um canal de denúncia. Por fim, fez um apelo à Esquerda para que também apoie a iniciativa, afirmando que o problema afeta a todos.

**Jack Rocha (PT - ES)** - A Deputada saudou a presença de procuradores e procuradoras federais e estaduais em Brasília (DF), destacando especialmente os do Espírito Santo. Ressaltou a importância da advocacia



pública para a defesa do Estado Democrático de Direito, afirmando que não há justiça sem advocacia. Defendeu o fortalecimento da categoria, mencionando a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2024 e outras iniciativas legislativas, e reafirmou o compromisso do Parlamento com esses profissionais, fundamentais para garantir transparência, estabilidade e soberania ao País.

**Merlong Solano (PT - PI)** - O Deputado parabenizou o Presidente Lula pela transparência de seu Governo, destacando que foi graças à atuação autônoma da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal (PF) que se revelou o esquema de corrupção que lesou aposentados por meio da estrutura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Criticou a extrema direita por explorar politicamente o escândalo com *fake news* e ressaltou que o esquema teve início no Governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022, sem qualquer investigação efetiva. Defendeu a continuidade e aprofundamento das investigações para que os responsáveis sejam punidos exemplarmente.

**Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO)** - O Deputado homenageou as mães brasileiras pelo Dia das Mães, destacando sua dedicação e amor incondicional, e citou sua esposa, mãe e avó como exemplos. Em seguida, fez um apelo ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) por providências urgentes na ponte entre Porto Velho (RO) e Candeias do Jamari (RO), que está em risco de desabamento e já causou acidentes fatais. Também apresentou o Projeto de Lei nº 1.040, de 2025, que propõe a inclusão da disciplina de autismo na formação de professores da educação básica, visando diagnósticos precoces e melhores tratamentos. Por fim, homenageou o Dr. Enéas Carneiro pelos 18 anos de seu falecimento, exaltando sua inteligência, patriotismo e legado.

**Lêda Borges (PSDB - GO)** - A Deputada registrou a presença da Prefeita Marcilene, do Município de Buritinópolis (GO), destacando sua atuação na região e a destinação de emendas para a construção do CRAS local. Afirmou estar aguardando o início e conclusão das obras e reforçou seu compromisso com o Município, dando boas-vindas à Prefeita na Câmara dos Deputados.

**Joseildo Ramos (PT - BA)** - O Deputado criticou a revelação feita pelo ICL Notícias de que o Comando Militar do Planalto teria atuado ativamente para manter e organizar o acampamento bolsonarista em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, após as eleições de 2022. Com base em documentos oficiais datados de novembro daquele ano, destacou que o Exército solicitou serviços públicos à Secretaria de Segurança do DF para atender os manifestantes, sem demonstrar qualquer intenção de desmobilização ou preocupação com o caráter antidemocrático do acampamento. Por fim, classificou os fatos como um grave sinal de conivência institucional com atos golpistas.



**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada anunciou o lançamento do Projeto Olhar de Amor, que ocorreria na semana seguinte no Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer de Ji-Paraná, em Rondônia. Informou que o projeto ofereceria cirurgias de catarata e pterígio, incluindo todos os cuidados necessários: exames pré-operatórios, consultas, colírios, lentes e acompanhamento pós-cirúrgico. Destacou que não se trata de um mutirão pontual, mas de um atendimento contínuo e completo, com foco no cuidado humano e igualitário.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado relembrou os 80 anos da derrota do regime nazista em 8 e 9 de maio de 1945, destacando a importância de manter viva a memória da luta contra o fascismo. Ressaltou que o nazismo representou a face extrema da ideologia de direita, baseada em ódio, mentiras e perseguição às minorias, e alertou para o ressurgimento de discursos semelhantes nos dias atuais. Para marcar a data, anunciou a apresentação de um projeto de lei que institui o Dia Nacional de Luta contra o Fascismo, em 8 de maio, e outro que reconhece Apolônio de Carvalho como Patrono da Luta Antifascista no Brasil. Concluiu, afirmando que a memória é um campo de disputa política, e que sua luta contra o fascismo continua firme.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado fez um pronunciamento centrado na crise da criminalidade no Brasil, tema que motivou sua entrada na política. Criticou a fragilidade das leis penais e defendeu reformas legislativas para enfrentar a violência, responsabilizar criminosos e reduzir a sensação de impunidade. Apontou que o Brasil apresenta índices de homicídios superiores aos de países em guerra e denunciou o que chamou de "ativismo judicial" e "bandidolatria". Destacou também proposições de sua autoria, como o Projeto de Lei nº 714, de 2023, que torna obrigatória a prisão preventiva em casos graves; o Projeto de Lei nº 700, de 2023, que trata do monitoramento eletrônico por GPS; e o Projeto de Lei nº 5.091, de 2023, que proíbe decisões monocráticas que beneficiem integrantes de organizações criminosas. Por fim, pediu a criação de um grupo de trabalho para modernizar o sistema penal e defendeu leis mais rígidas como resposta à violência crescente.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado manifestou sua indignação com o Governo Federal, especialmente com o Ministério da Justiça e o Secretário Nacional de Segurança Pública, por se posicionarem contra o enquadramento das facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas. Enfatizou que tais facções exercem domínio territorial, impõem candidatos em eleições, praticam execuções, usam armamento pesado e espalham terror na sociedade, características típicas de grupos terroristas. Por fim, destacou a apresentação do Projeto de Lei nº 3.283, de 2021, que busca classificar essas facções como terroristas e informou que solicitou urgência urgentíssima para que o projeto seja votado diretamente no plenário da Câmara.



**Juliana Cardoso (PT - SP)** - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 2.168, de 2025, que propõe a criação do Programa Acompanhante da Pessoa Idosa no âmbito do Sistema Único de Saúde. Informou que o programa foi inspirado em iniciativa já existente na cidade de São Paulo e prevê o acompanhamento profissional de idosos em consultas médicas, atividades culturais e outras necessidades do dia a dia. Ressaltou que a proposta foi construída com base na experiência de profissionais de saúde e usuários, com o objetivo de promover um cuidado mais humanizado e integral à população idosa.

**Lêda Borges (PSDB - GO)** - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que trata da renegociação das dívidas previdenciárias e do estabelecimento de limites para o pagamento de precatórios pelos Municípios. Destacou que muitas Prefeituras, especialmente as de pequeno e médio porte, enfrentam sérias dificuldades financeiras que comprometem investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Explicou que a proposta propõe o parcelamento das dívidas em até 300 meses e a fixação de limites proporcionais ao pagamento de precatórios, respeitando a capacidade fiscal de cada Município. Por fim, defendeu que a medida é urgente e necessária para garantir a sustentabilidade dos entes municipais e a efetividade do federalismo no Brasil.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado anunciou a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo para sustar o aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pela Aneel, que estabeleceu um acréscimo de R\$ 1,88 a cada 100 kWh consumidos. Criticou a mudança da bandeira tarifária de verde para amarela, alegando que a medida favorece as distribuidoras de energia em detrimento dos consumidores, especialmente os mais pobres. Argumentou, ainda, que não há justificativa técnica para o reajuste, dado o atual cenário climático favorável, com chuvas abundantes e reservatórios cheios. Concluiu, reforçando seu compromisso com a defesa dos cidadãos e pediu que o projeto seja colocado em votação o quanto antes.

**Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR)** - O Deputado registrou que a Comissão de Educação aprovou a criação de uma Subcomissão dedicada à alfabetização e aos transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento, como autismo, dislexia e altas habilidades. Destacou que a iniciativa atende ao apelo de inúmeras famílias brasileiras que demandam políticas públicas voltadas à primeira infância. Informou que será o Relator da Subcomissão e que a presidente será a Deputada Adriana Ventura, e afirmou que os trabalhos incluirão a escuta da sociedade e das famílias.

**Alfredinho (PT - SP)** - O Deputado destacou dois debates em andamento na Câmara que considera essenciais: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o fim da jornada de trabalho 6 por 1. Criticou a desigualdade tributária no Brasil, onde, segundo ele, os pobres pagam proporcionalmente mais



impostos do que os ricos, muitos dos quais usam paraísos fiscais para evitar tributos. Defendeu uma reforma justa no sistema. Sobre a jornada 6 por 1, classificou-a como cruel e desumana, defendendo a redução da carga horária por meio da negociação coletiva. Afirmou que é necessário avançar na definição de uma jornada mínima justa e recordou lutas históricas por melhores condições de trabalho.

**Jefferson Campos (PL - SP)** - O Deputado destacou a importância do Dia Internacional da Família, celebrado em 15 de maio, reafirmando seu compromisso com os valores cristãos e o modelo tradicional de família. Relacionou a proteção da instituição familiar a políticas públicas que garantam renda, moradia e dignidade às famílias brasileiras. Além disso, homenageou as mães pelo Dia das Mães, enaltecendo a maternidade biológica e adotiva como pilares fundamentais na formação do caráter e dos valores das crianças. Por fim, citou o Projeto de lei nº 243, de 2025, que propõe combater conteúdos que incentivem crimes e drogas em eventos públicos.

**Danilo Forte (UNIÃO - CE)** - O Deputado denunciou o avanço da violência no Ceará, citando o assassinato recente do advogado Sílvio Vieira da Silva e múltiplas chacinas envolvendo adolescentes. Informou que o Estado vive sob domínio de facções criminosas, que teriam se infiltrado na política e contam com um ambiente de impunidade. Também alertou para o papel do Ceará como rota do tráfico internacional de drogas e cobrou do Congresso uma agenda emergencial voltada à segurança pública e ao enfrentamento da criminalidade. Por fim, defendeu a tipificação de crimes cometidos por organizações criminosas como terrorismo, proposta presente em projeto de lei de sua autoria.

**Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF)** - O Deputado parabenizou a cidade do Guará (DF) pelo aniversário e destacou investimentos de mais de R\$ 500 milhões destinados à região, incluindo obras de infraestrutura e unidades de saúde. Elogiou a gestão do administrador Artur Nogueira e reforçou seu apoio à segurança pública do Distrito Federal. Também cobrou agilidade do Governo Federal na tramitação da proposta que prevê reajuste de 18% para as forças de segurança do Distrito Federal, após 12 anos sem aumento. Ao final, pediu ao Governador Ibaneis a renovação da frota policial por meio de contrato de locação, afirmando que veículos sucateados comprometem o combate ao crime na capital.

**Delegado Palumbo (MDB - SP)** - O Deputado criticou a condução dos trabalhos legislativos na Câmara, ao denunciar a rápida aprovação de projetos sem respaldo popular, como o que prevê aumento no número de Deputados, com custo superior a R\$ 50 milhões. Afirmou que propostas de interesse direto da população, como o fim da progressão de regime, o endurecimento das penas e a proibição da apreensão de veículos de trabalhadores que não consegue pagar o licenciamento, seguem paradas. Também condenou o uso de



policiais civis do Grupo de Operações Especiais para apoiar blitz do Detran em São Paulo, classificando a prática como um desvio de função vergonhoso que beneficia financeiramente o Estado à custa da população.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou o Governo Federal por rejeitar a proposta de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas. Afirmou que essa decisão teria sido comunicada durante reunião com representantes do Governo dos Estados Unidos, mesmo diante de relatos do FBI sobre a presença dessas facções em doze Estados norte-americanos. Além disso, afirmou que o Governo Lula justificou a negativa com base no argumento de que as facções não possuem motivação ideológica, mas apenas interesses financeiros. Também apontou a atuação violenta desses grupos em territórios brasileiros e associou a decisão do Executivo a uma suposta aliança política com o crime organizado, especialmente durante as eleições.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou a realização de um encontro regional dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, em Guanambi (BA). Informou que o evento reuniria lideranças políticas, comunitárias e religiosas, e contaria com a presença do Líder do PSD na Câmara, Deputado Antonio Brito. Acrescentou que na ocasião seria debatida a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que trata da aposentadoria especial da categoria. Ao final, ressaltou sua trajetória de apoio aos agentes durante seu mandato como Prefeito e elogiou a mobilização e conquistas da categoria ao longo dos anos.

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado criticou a aprovação da criação de 18 novas vagas de Deputado Federal, ocorrida na Câmara, afirmando que a medida é desnecessária e trará aumento de custos ao Parlamento e às assembleias estaduais. Argumentou que mesmo com o Paraná ganhando uma vaga, os atuais representantes já são suficientes. Ademais, classificou a decisão como casuísmo e defendeu a possibilidade de reduzir o número de Parlamentares no País. Também denunciou irregularidades no INSS, apontando desvios bilionários em prejuízo de aposentados e pensionistas e questionou a impunidade dos envolvidos, incluindo sindicalistas e pessoas ligadas ao Governo.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada registrou a presença do Vereador Fábio Silva, do Podemos da cidade do Rio de Janeiro, durante sessão na Câmara dos Deputados. Destacou que o Parlamentar integra sua base de votos na capital fluminense e está em visita à Casa.

**Lucio Mosquini (MDB - RO)** - O Deputado alertou para o agravamento da situação da BR 364, em Rondônia, destacando os riscos causados pelo intenso trânsito de ambulâncias que transportam pacientes do interior



para Porto Velho (RO). Informou que a falta de médicos especialistas nas regiões mais afastadas obriga moradores a percorrerem até 500 km para realizar exames. Ao final, defendeu a criação urgente de centros regionais de especialidades médicas e apontou que, enquanto a duplicação da rodovia não se concretiza, medidas precisam ser adotadas para reduzir o deslocamento de pacientes e prevenir tragédias já recorrentes na via.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado defendeu que facções como o PCC e o Comando Vermelho sejam oficialmente classificadas como organizações terroristas no Brasil. Alertou para o risco de o País seguir o caminho de nações como México e Venezuela, sob influência do crime organizado. Cobrou reação do Governo Federal e ação firme do Congresso Nacional em defesa da segurança pública. Também defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública, a prisão após condenação em segunda instância, a redução da maioria penal e o aumento da pena para crimes hediondos como medidas essenciais para proteger a população.

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado anunciou a realização da 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), de 8 a 11 de maio no Parque da Água Branca, na cidade de São Paulo (SP). Informou que o evento reúne agricultores de todo o País e destaca a produção da agricultura familiar e da reforma agrária, com atividades culturais e gastronômicas. Também fez um apelo ao Itamaraty para intervir junto ao Governo de Israel e garantir a liberação do corpo do jovem brasileiro Walid Khaled Abdallah, denunciando sua prisão, tortura e morte. Por fim, expressou solidariedade ao povo palestino e criticou a atuação israelense em Gaza.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada comunicou a instalação da Subcomissão que tratará dos desafios à alfabetização, vinculada à Comissão de Educação da Câmara. Informou que a Subcomissão atuará de forma articulada com o Plano Nacional de Educação, cujo objetivo é promover ações concretas para garantir que as crianças aprendam a ler, escrever e dominar as operações matemáticas na idade adequada, diante de índices preocupantes de defasagem.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado informou que protocolou na Câmara um manifesto do movimento Pacto pela Democracia, com 184 mil assinaturas, pedindo o arquivamento de projetos que propõem anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro, agora réu, estaria à frente de uma estratégia de “golpe continuado”, com o objetivo de provocar o caos e se apresentar como solução. Citou episódios como a tentativa de explosão no aeroporto de Brasília e a destruição das sedes dos Três Poderes como parte desse processo.



**David Soares (UNIÃO - SP)** - O Deputado defendeu a construção de uma alça de acesso ao Rodoanel na região de Parelheiros, na Zona Sul de São Paulo (SP). Informou que mais de 250 mil moradores seguem segregados por falta de acessos diretos à via, que possui 40 quilômetros sem nenhuma entrada naquela área. Elogiou o Governador Tarcísio de Freitas por obras estruturantes, mas pediu sensibilidade e prioridade para a Zona Sul, que, segundo ele, continua sendo tratada como o “patinho feio” da cidade.

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado criticou o que classificou como incoerência nas discussões sobre anistia no Brasil. Afirmou que a esquerda e sindicatos teriam desviado recursos de aposentados e pessoas vulneráveis, enquanto acusou o processo de anistia de 1979 de beneficiar criminosos armados e sequestradores. Defendeu a anistia para participantes dos atos de 8 de janeiro, classificando-os como trabalhadores e aposentados que estariam em Brasília por uma manifestação pacífica.

**Lêda Borges (PSDB - GO)** - A Deputada manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2024, que trata da autonomia financeira das Procuradorias dos Estados. Saudou a presença de procuradores do Estado de Goiás no Congresso Nacional, destacando a importância da atuação da categoria. Ao final, destacou o papel dos procuradores como profissionais competentes que lutam por melhores condições institucionais para o exercício de suas funções.

**Luiz Couto (PT - PB)** - O Deputado destacou o artigo *O Papa da Compaixão*, de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado na *CartaCapital*. Analisou o papel do Papa Francisco como liderança crítica ao neoliberalismo e defensor de uma Igreja comprometida com os desamparados. Ressaltou que Francisco questionou a globalização da indiferença e propôs uma fé baseada no amor ao próximo e na justiça social. Informou que o Papa enfrentou resistência por confrontar estruturas conservadoras e defender os mais vulneráveis.

**Lenir de Assis (PT - PR)** - A Deputada informou que o Contorno Leste de Londrina (PR) foi incluído no lote 4 das concessões de rodovias do Paraná, conforme reunião no Ministério dos Transportes com a presença dos Deputados Luiz Carlos Hauly e Luisa Canziani. Informou que a inclusão foi confirmada pelo Ministro Renan Filho e sua equipe. Ressaltou que o investimento previsto pelo Governo Federal no Estado do Paraná, por meio desse lote, alcançou cerca de 100 bilhões de reais em obras de infraestrutura. Considerou a decisão um avanço para a mobilidade regional e comunicou a novidade aos moradores de Londrina (PR) e de todo o Paraná.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado registrou a presença dos Deputados Estaduais Carlos Lula e Rodrigo Lago na Câmara e informou sobre uma articulação com o Incra e o Governo do Maranhão para



impedir a expulsão de mais de 600 famílias das comunidades de Sapucaia e Riacho das Traíras, nos Municípios de Vila Nova dos Martírios (MA) e São Pedro da Água Branca (MA). Alertou para o risco de violência no despejo previsto para o dia 13 e anunciou que estará nas comunidades, junto a outras lideranças, em apoio às famílias. Pediu atenção urgente do Governo do Estado para evitar o conflito.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado destacou dados da Pnad Contínua que apontaram a queda da informalidade no Brasil para menos de 38% no primeiro trimestre de 2025, o menor índice desde a pandemia. Atribuiu o resultado à gestão do Presidente Lula, mencionando o crescimento dos empregos com carteira assinada, a reforma econômica e o aumento da escolaridade como fatores determinantes. Informou que a população busca estabilidade e segurança no trabalho, e o atual Governo teria contribuído para ampliar essas oportunidades no País.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado criticou declarações do Governador do Paraná, Ratinho Junior, feitas durante palestra no Secovi, em que defendeu que os Estados tenham autonomia para legislar sobre matéria penal. Alertou que isso contraria cláusulas pétreas da Constituição e questionou o conhecimento jurídico do Governador, que é pré-candidato à Presidência da República. Também apontou contradições entre o discurso e a prática do Governador, mencionando a falta de reajuste salarial para servidores da segurança pública e a precarização do sistema penitenciário estadual.

**Lincoln Portela (PL - MG)** - O Deputado defendeu maior atenção e respeito aos aposentados e idosos do Brasil. Afirmou que o PL 60+, núcleo do Partido Liberal voltado para pessoas acima de 60 anos, reúne 350 mil filiados e desempenha papel ativo na construção do País. Criticou o tratamento dado aos aposentados por diferentes governos e alertou para a necessidade de combater a cultura do desrespeito, que alimenta a violência. Informou que as divergências políticas não devem anular a consideração com os mais velhos.

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado registrou a realização de um mutirão de documentação promovido pelo Governo Federal, por meio da Superintendência do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Sergipe, na cidade de Pacatuba (SE). Informou que a ação ocorreu durante três dias e teve foco no atendimento a mulheres trabalhadoras rurais. Parabenizou o Superintendente Roberto Araújo, a gestão municipal da Prefeita Iara Martins e os órgãos estaduais e municipais envolvidos na iniciativa. Ressaltou que o mutirão integrou esforços para garantir o acesso à documentação básica e à cidadania no campo.

**Sanderson (PL - RS)** - O Deputado registrou a visita de uma delegação do Município de Carlos Barbosa (RS) à Câmara dos Deputados, liderada pelo Prefeito Everson Kirch, acompanhada dos Vereadores Giovani Silveira



e Raimundo dos Reis Raí, além do Coordenador Fabio Dolzan. Destacou que Carlos Barbosa possui o melhor IDH do Rio Grande do Sul e é sede da empresa Tramontina. Fez o convite para a Festiqueijo, tradicional festa do queijo da cidade, que começará em 26 de junho. Parabenizou a população local e desejou boas-vindas à delegação.

**Ana Paula Lima (PT - SC)** - A Deputada abordou a urgência da regulamentação das redes sociais como medida de proteção à infância e juventude. Alertou sobre o sofrimento silencioso de jovens diante de conteúdos perigosos e da ausência de controle no ambiente virtual. Foram destacados dados do Instituto DimiCuida e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que revelaram mortes relacionadas a desafios online e a proliferação de conteúdos misóginos, neonazistas e pornográficos. Defendeu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, em análise na Comissão de Comunicação, como um instrumento para garantir segurança digital sem cercear a liberdade de expressão.

**Rodrigo Estacho (PSD - PR)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Professor Valter, do Município de Araucária (PR), na Câmara dos Deputados. Destacou a relevância econômica da cidade, considerada uma das principais do Paraná e com um dos maiores PIBs da Região Sul. Informou que Professor Valter, que cumpre seu segundo mandato na Câmara Municipal, foi saudado por sua atuação política e recebido com votos de boas-vindas à Casa Legislativa.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado informou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizou audiência pública em Vitória da Conquista (BA) para tratar da concessão das BRs 116 e 324, chamada de Rota 2 de Julho, com investimentos previstos de R\$ 15,7 bilhões. Informou que o projeto incluiu a duplicação de 356 quilômetros de rodovia e a construção de diversas melhorias, como viadutos, passarelas e pontos de ônibus. Destacou a importância do investimento para o desenvolvimento da Bahia, especialmente da região sudoeste, e manifestou preocupação com o valor da tarifa de pedágio e o cronograma das obras. Defendeu que as intervenções iniciem em Vitória da Conquista (BA), em direção a Feira de Santana (BA), para atender a população local e evitar aumento excessivo nas tarifas.

**Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE)** - O Deputado registrou o falecimento do advogado e empresário Roberto Lins de Oliveira, ocorrido aos 86 anos, de Pernambuco. Informou que Roberto dedicou mais de 50 anos ao serviço comunitário, especialmente às pessoas carentes. Destacou sua trajetória como empreendedor, companheiro no Rotary Club e homem respeitado pela cordialidade e pelo compromisso social. Manifestou solidariedade à família, mencionando a esposa, filhos, netos e bisnetos do advogado.



**Cobalchini (MDB - SC)** - O Deputado informou que, ontem, foram instaladas duas Comissões Especiais relevantes, nas quais participou por indicação do MDB. Ressaltou que a primeira tratou do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Destacou que a segunda Comissão abordou a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Defendeu a importância dessas pautas para a melhoria das políticas públicas em saúde, educação e infraestrutura.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada homenageou os 30 anos da Escola Porto Alegre, destacando sua importância na educação voltada para a população em situação de rua. Informou que a instituição é uma das poucas no Brasil com essa proposta político-pedagógica e cumpriu papel fundamental na resistência a projetos neoliberais e ameaças de desalojamento para especulação imobiliária. Também mencionou a superação das enchentes que atingiram a escola no ano anterior. Ressaltou sua participação na trajetória da escola enquanto Vereadora de Porto Alegre (RS) e celebrou a continuidade do projeto educacional.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado declarou indignação com a decisão recente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania referente à Sustação de Ação Penal nº 1, de 2025, que trata da Sustação do andamento de Ação Penal decorrente do recebimento da denúncia contida na Petição n. 12.100, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, em desfavor do Senhor Deputado DELEGADO RAMAGEM.. Afirmou que houve desrespeito ao artigo 53 da Constituição, que define os limites da imunidade parlamentar e os casos de sustação de ação penal, ao beneficiar situações não previstas no texto constitucional. Informou que a medida provocou tensão institucional e deverá ser questionada no Supremo Tribunal Federal para evitar ilegalidade. Relacionou a votação a uma escalada de ataques às instituições, lembrando a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, e defendeu a responsabilização dos envolvidos.

**Zeca Dirceu (PT - PR)** - O Deputado elogiou as decisões econômicas do Presidente Lula e do Ministro Fernando Haddad, destacando a queda contínua da informalidade, que atingiu o menor índice desde antes da pandemia. Informou que o Brasil tem gerado empregos formais, ampliado o número de microempreendedores individuais (MEIs) e promovido crescimento econômico com base em dados concretos. Citou a Petrobras como exemplo, que já realizou três reduções no preço do diesel em 2025, totalizando queda de 27% desde o início do atual Governo. Comparou com o Governo anterior, quando o diesel alcançou R\$ 7,39 em junho de 2022.



**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado afirmou que, após diversas tratativas com autoridades do Governo Federal, conseguiu intermediar a retomada das negociações entre a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e os grevistas da Receita Federal do Brasil. Enalteceu a contribuição dos servidores da Receita Federal para o crescimento nacional, destacando seu papel na ampliação da arrecadação e na viabilização de investimentos públicos. Ao final, agradeceu à Ministra Esther por atender aos apelos e se dispor a receber os representantes da categoria.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado celebrou a aplicação inédita dos dispositivos constitucionais sobre a imunidade parlamentar para sustar processo contra o Deputado Delegado Ramagem. Informou que o parecer do Deputado Alfredo Gaspar foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com 44 votos favoráveis e 18 contrários. Criticou a condução do processo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por julgar um Parlamentar junto a pessoas sem prerrogativas constitucionais equivalentes. Defendeu que a decisão do Poder Legislativo deve prevalecer por ser expressão da vontade popular e estar amparada no princípio da legalidade. Por fim, manifestou confiança de que o STF acatará a decisão do Legislativo.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado relatou sua participação em caminhada realizada em Brasília (DF) em defesa da anistia aos manifestantes do 8 de janeiro de 2023, que reuniu apoiadores do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Celebrou a expressiva adesão popular ao ato, destacando a relevância do apoio a Bolsonaro mesmo em um dia útil e no horário da tarde. Defendeu a participação do ex-Presidente na disputa eleitoral de 2026 como elemento essencial para a estabilidade democrática do País. Ao final, parabenizou Jair Bolsonaro pela manifestação e desejou sucesso ao povo do Distrito Federal.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada sustentou que a principal responsabilidade de um Parlamentar é a defesa da Constituição e alertou para os riscos de sua corrosão por ações que desvirtuam o mandato. Criticou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do parecer que sustou o processo contra o Deputado Delegado Ramagem por incluir na decisão, réus sem prerrogativas constitucionais. Advertiu que tal medida pode favorecer o ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, e outros acusados, conferindo-lhes imunidade indevida. Ressaltou que crimes ligados à tentativa de golpe militar e de abolição do Estado Democrático de Direito não estão protegidos pela imunidade parlamentar. Enfatizou que a ditadura elimina o Parlamento e persegue opositores, como ocorreu com o ex-Deputado Federal Rubens Paiva. Ao final, reafirmou seu compromisso com a democracia.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado criticou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) que aprovou a sustação da ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem, ressaltando



que o texto aprovado extrapolou ao estender a imunidade parlamentar a todos os 34 acusados no processo criminal em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado ao golpe de Estado. Alertou que essa interpretação ampla configura obstrução do processo judicial e favorece a impunidade dos envolvidos na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito. Além disso, condenou a imprensa em aprovar a anistia antes da conclusão do processo penal. Por fim, manifestou-se contrariamente à aprovação do texto da resolução no Plenário da Câmara dos Deputados e sustentou a necessidade de defender a democracia.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado registrou a destinação de recursos de suas emendas parlamentares para a área da saúde do Estado do Espírito Santo, totalizando 4 milhões de reais, com 3 milhões destinados à Santa Casa de Iúna (ES) e 1 milhão ao Hospital Maternidade de São Mateus (ES). Além disso, informou que os repasses serão efetuados ainda no mês corrente, sendo que o Governo Estadual deve garantir a transferência à Santa Casa no próximo repasse. Por fim, celebrou a parceria do seu mandato parlamentar com o Prefeito Marcus Cozivip, em São Mateus (ES), e com o Prefeito Romário, em Iúna (ES).

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado agradeceu aos Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) que votaram pela sustação da ação penal contra o Deputado Ramagem, destacando que a decisão representou a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo. Celebrou a realização da marcha pela anistia aos manifestantes dos atos de 8 de janeiro de 2023, que reuniu mais de 40 mil pessoas em Brasília (DF), e afirmou que a expressiva participação popular deveria levar os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a uma reflexão sobre o atual momento do País. Além disso, enfatizou que os manifestantes mantiveram postura ordeira ao longo dos últimos anos e avaliou que muitos já teriam cumprido penas superiores às impostas a homicidas. Ao final, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, e apensados, que tratam de anistia aos envolvidos em atos antidemocráticos, pelo Congresso Nacional.

**Gabriel Nunes (PSD - BA)** - O Deputado celebrou sua nomeação como membro titular da Comissão Especial responsável por analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências, destacando a importância do tema para os pequenos e médios Municípios, especialmente do Norte e do Nordeste. Ressaltou que a proposta visa solucionar de forma definitiva os débitos previdenciários e os precatórios, que têm comprometido os investimentos municipais. Reafirmou seu compromisso com os Prefeitos, em especial os da Bahia, e elogiou a mobilização da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da União dos Municípios da Bahia (UPB). Ao final, parabenizou o Presidente Hugo Motta



pela instalação da Comissão e defendeu a aprovação célere do Congresso Nacional em benefício dos Municípios.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado saudou a presença da Vereadora Renata Alves, do Município de Alegre (ES), nas dependências da Câmara dos Deputados, ressaltando sua trajetória como professora e sua destacada atuação no Legislativo municipal. Reafirmou seu compromisso em apoiar a Vereadora, a cidade de Alegre (ES), o Estado do Espírito Santo e o Brasil. Por fim, cumprimentou a delegação de Portugal presente nas galerias do Plenário da Câmara dos Deputados.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado celebrou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) que suspendeu a ação penal contra o Deputado Federal Ramagem. Ademais, ressaltou a marcha pacífica realizada em Brasília (DF) em defesa da anistia humanitária para os presos políticos dos atos de 8 de janeiro de 2023, que contou com grande participação popular. Além disso, elogiou o ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, que, mesmo em recuperação de uma cirurgia, demonstrou grandeza ao participar da marcha. Por fim, enalteceu o pastor Silas Malafaia pela organização da manifestação pública realizada na Esplanada dos Ministérios.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada apelou ao Ministro da Educação para se posicionar contrariamente à oferta do curso de Enfermagem por plataformas de ensino a distância, por considerar que a formação profissional exige prática supervisionada, empatia e contato direto com pacientes. Alertou que os egressos de cursos a distância apresentaram desempenho inferior no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), refletindo menor qualificação para a prática clínica. Defendeu que cuidar de pessoas exige vivência humana, sensibilidade e comunicação, aspectos impossíveis de serem plenamente desenvolvidos por meio de telas. Ao final, incentivou o fortalecimento de políticas de subsídios e considerou que a proibição ao ensino remoto para o curso de Enfermagem representaria um avanço na valorização da categoria e na segurança dos pacientes.

**Vermelho (PP - PR)** - O Deputado cobrou da área econômica do Governo Federal o pagamento de recursos represados nas áreas da saúde, agricultura e infraestrutura. Relatou que empresas responsáveis pela entrega de equipamentos e pela execução de obras há até dez meses seguem sem receber, enfrentando risco de falência. Denunciou o bloqueio de verbas da saúde e lamentou o não pagamento das emendas parlamentares, observando que os restos a pagar de 2024 ainda não foram liquidados. Ao final, apelou por justiça na liberação dos recursos e urgência no repasse aos Municípios.



**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 177, de 2023, que ampliou de 513 para 531 o número de cadeiras na Câmara dos Deputados, condenando o desperdício de recursos públicos. Estimou que a medida acarretará um custo anual de R\$ 65 milhões, valor que poderia ser investido em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Ressaltou que o aumento das vagas não se limitou à redistribuição proporcional de vagas entre os Estados, mas ampliou a estrutura legislativa como um todo, agravando o desequilíbrio fiscal. Ao final, lamentou que o interesse coletivo seja frequentemente ignorado em prol da manutenção de privilégios.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado elogiou o trabalho do Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Márcio Brito, destacando os investimentos realizados em três regiões do Tocantins e os avanços na garantia da qualidade e da quantidade dos produtos comercializados, com benefícios diretos ao consumidor. Ademais, relatou ter participado da manifestação pública ao lado do ex-Presidente Jair Bolsonaro em prol da anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, classificando o evento como uma demonstração de brasilidade. Ao final, criticou a ausência de policiamento durante as manifestações de 8 de janeiro e apontou como grave a omissão do Presidente da República em convocar a Guarda Nacional na ocasião.

**Sargento Portugal (PODE - RJ)** - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Marcos Dias, do Rio de Janeiro (RJ), e parabenizou sua coragem ao denunciar irregularidades graves na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), comprometendo-se a apoiá-lo na busca por esclarecimentos. Ademais, destacou a institucionalização do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, citando a divulgação de cobrança de repasses mensais por um condomínio para facções criminosas, o que evidencia a expansão da extorsão para além das comunidades. Alertou que a disputa territorial entre facções se tornou o principal foco da violência no Estado, qualificando todos os envolvidos como criminosos. Por fim, reforçou seu compromisso de combater o aumento da violência e promover o desenvolvimento na região de Sapucaia (RJ).

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado lamentou a violência praticada por facções criminosas, referindo-se a um caso recente ocorrido em Manaus (AM), em que mulheres tiveram o cabelo cortado por ordem do chamado “tribunal do crime”. Questionou até quando brasileiras continuariam a sofrer sob o domínio do crime organizado e criticou a inércia das autoridades diante dessa realidade. Ademais, reprovou a posição do Governo Lula, expressa por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de não classificar as facções como organizações terroristas, posição apresentada ao Governo dos Estados Unidos. Ao final, argumentou que os responsáveis por crimes tão bárbaros não devem ser tratados como criminosos comuns, mas como terroristas.



**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado criticou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) que representaria uma manobra jurídica e política para impedir o avanço de uma ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem. Afirmou que se trata de uma tentativa de desmoralizar a Câmara dos Deputados, a CCJC e o Supremo Tribunal Federal (STF), e acusou a decisão de ser uma afronta à Justiça. Explicou que há provas robustas, reunidas pela Polícia Federal (PF), de que o ex-Presidente Jair Bolsonaro liderou uma tentativa de golpe de Estado em 2022, com o envolvimento de Generais, Coronéis e outros aliados. Classificou essas ações como criminosas e afirmou que o STF está corretamente processando os envolvidos. Em seguida, condenou a aprovação do aumento no número de Parlamentares, objeto do Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, que fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 1993. Por fim, reiterou que não haverá novo golpe militar no país, e os responsáveis pelas tentativas de ruptura democrática devem ser punidos com rigor.

**Carla Dickson (UNIÃO - RN)** - A Deputada destacou a Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel, na qual conversou com o Embaixador Daniel Zonshine e reiterou que o povo brasileiro valoriza Israel, em contraste com o atual Governo, que, supostamente, enviaria recursos ao Hamas. Em seguida, comemorou sua participação na Caminhada Pacífica pela Anistia Humanitária ao lado do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Celebrou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou a suspensão de ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem, acusado em inquérito por tentativa de golpe, e afirmou que essa decisão representaria a resistência da Câmara contra intervenções de outro poder e a defesa da separação institucional. Encerrou o discurso com saudações patrióticas e religiosas.

**Nikolas Ferreira (PL - MG)** - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) diante do escândalo dos descontos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Questionou por que figuras como os Ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Flávio Dino não se pronunciaram sobre o caso, alegando que o tratamento dado ao ex-Presidente Bolsonaro é muito mais rigoroso do que ao atual Presidente Lula. Afirmou que o escândalo é consequência de um "voto errado" e responsabilizou o Governo Lula, classificando-o como reincidente em escândalos e comandado por pessoas "incompetentes". Também cobrou do Presidente da Câmara, Hugo Motta, que pautasse imediatamente a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS e o projeto de anistia aos presos do 8 de Janeiro. Disse que seria um absurdo manter presos injustamente e que se fossem parentes de pessoas poderosas, a mobilização pela anistia já teria acontecido. Finalizou ironizando manifestações da esquerda e a tentativa de responsabilizar até a cantora Lady Gaga pelo insucesso de mobilizações progressistas, comparando-as com as manifestações recentes da direita.



**Zucco (PL - RS)** - O Deputado criticou o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, chamando-o de "fujão" por não comparecer à Câmara mesmo após convocação oficial, alegando viagem à Rússia. Comparou a ausência a um episódio semelhante com a Ministra Marina Silva, também acusada de evitar prestar esclarecimentos. Cobrou explicações sobre o uso da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) para firmar contratos sem licitação, inclusive para itens simples como banheiros químicos e papel higiênico, e disse que isso pode estar ligado a futuros escândalos envolvendo a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), e o Grupo dos Vinte (G20). Finalizou afirmando que o Governo Lula está cercado de escândalos sucessivos e que a oposição continuará fiscalizando e cobrando.

**Sâmia Bomfim (PSOL - SP)** - A Deputada registrou a presença de jovens Vereadores do Parlamento Metropolitano de Piracicaba (SP), que representa 24 cidades do interior paulista, durante visita à Câmara dos Deputados. Destacou nominalmente os Vereadores Diego de Cordeirópolis (SP), Poliana de Barra Bonita (SP), Ketlyn, Esther e Vinícius. Parabenizou a atuação dos jovens representantes e ressaltou a importância de sua presença em Brasília (DF), levando demandas de suas cidades e renovando o ambiente político com energia, comprometimento e novos ideais.

**Ana Paula Lima (PT - SC)** - A Deputada saudou a presença da Vereadora Carla Ayres, da capital catarinense, destacando que ela já atuou como Deputada Federal em 2023 e se prepara para retornar à Câmara em 2027, representando o povo de Santa Catarina. Desejou boas-vindas e sucesso em sua trajetória política.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado celebrou uma manifestação ocorrida em apoio à anistia dos presos do 8 de janeiro. Afirmou, com tom de ironia, que enquanto institutos estimavam cerca de 90 a 100 participantes, seu "bibômetro" registrou mais de 43 mil pessoas no local. Destacou a presença da família Bolsonaro, de Parlamentares do Partido Liberal (PL) e de apoiadores do ex-Presidente, exaltando o patriotismo do público e afirmando que a mobilização é um sinal claro de que a Esquerda perderá as eleições de 2026, defendendo que Jair Bolsonaro voltará à Presidência para "salvar o Brasil".

**Rodolfo Nogueira (PL - MS)** - O Deputado citou o Salmo 89 para defender a justiça e a equidade como princípios divinos. Criticou o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que o órgão prende pessoas inocentes, como manifestantes do 8 de janeiro, enquanto liberta criminosos e políticos condenados. Expressou fé de que a "justiça de Deus" prevalecerá sobre o que considera um tempo de injustiça no Brasil. Por fim, exaltou a manifestação pró-anistia realizada com o ex-Presidente Jair Bolsonaro e o Pastor Silas Malafaia em Brasília (DF), classificando o ato como pacífico e profético, e conclamou: "Anistia já!".



**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado solicitou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) uma vistoria técnica urgente na Ponte Marechal José de Abreu, localizada na BR-290, em Rosário do Sul (RS), sobre o Rio Santa Maria. Explicou que a estrutura, com 56 anos de uso e sem intervenções significativas desde sua construção em 1969, apresenta rachaduras, deslocamento de blocos, vãos e ruídos preocupantes; e que a denúncia partiu de Vereadores locais, liderados por Tiago Menezes. Alertou para o risco de uma tragédia semelhante à da Ponte Juscelino Kubitschek, entre Maranhão e Tocantins, que colapsou e resultou em 14 mortes. Por fim, reforçou a importância da ponte para a integração logística do Rio Grande do Sul com o Uruguai e o restante do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

**Glauber Braga (PSOL - RJ)** - O Deputado criticou o que classificou como uma evidente disparidade de tratamento nos processos disciplinares e judiciais envolvendo Parlamentares. Destacou que Chiquinho Brazão, réu por homicídio, mantém os direitos políticos; o Delegado Ramagem teve a ação penal por tentativa de golpe de Estado trancada; e o Deputado Gilvan da Federal, acusado de violência política de gênero, teve sua punição reduzida de seis para três meses. Ressaltou que, em contraste, ele próprio, por reagir a agressões dirigidas à sua mãe e por denunciar o orçamento secreto vinculado ao Presidente da Câmara, Arthur Lira, enfrenta um processo de cassação. Ironizando, concluiu que a situação está "bem equilibrada", em evidente tom de crítica à parcialidade percebida.

**Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG)** - O Deputado e Presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, no Dia Mundial da Mineração, destacou a importância histórica e econômica da mineração para Minas Gerais e para o Brasil. Recordando sua atuação na Comissão que acompanhou a tragédia de Brumadinho (MG), defendeu a construção de um novo modelo de mineração baseado na ciência e nas boas práticas, que promova desenvolvimento sem agredir o meio ambiente ou colocar vidas em risco. Reforçou a urgência da aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), elaborada com base em estudos do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), com foco em planejamento, licenciamento ambiental mais eficiente e sinergia entre mineração, indústria e agropecuária. Por fim, enfatizou que essa política será fundamental para garantir a soberania brasileira na produção de fertilizantes e consolidar o país como protagonista na transição energética global, especialmente diante dos desafios das mudanças climáticas e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA).

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado criticou a condução do Itamaraty no caso dos venezuelanos asilados na embaixada da Argentina em Caracas. Afirmou que o Brasil, responsável pela custódia da sede diplomática desde que a Argentina rompeu relações com o regime de Nicolás Maduro, teria falhado em proteger os seis membros da campanha da opositora María Corina Machado; e que os asilados, mesmo com o



reconhecimento formal da Argentina, estariam sem poder sair do país e vivendo em condições precárias sob "custódia brasileira", em cárcere privado.

**Carol Dartora (PT - PR)** - A Deputada celebrou a aprovação no Senado do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas. Ressaltou que, como Relatora da proposta na Câmara e Autora de uma iniciativa semelhante quando foi Vereadora em Curitiba (PR), a importância dessa política como instrumento de justiça social e reparação histórica, não como um favor. Enalteceu o papel dos movimentos sociais e das comunidades negras, indígenas e quilombolas na luta por reconhecimento e acesso ao Estado. Por fim, afirmou que a medida representa mais um passo na construção de um Brasil plural, equitativo e verdadeiramente democrático.

**Missionário José Olímpio (PL - SP)** - O Deputado registrou a visita do Vereador Alex, da cidade de Piedade (SP), à Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho expressivo do Vereador na região e reforçou seu compromisso em continuar colaborando com o desenvolvimento do Município.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado criticou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) de um projeto de resolução que visa sustar ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem. Explicou que tal deliberação viola frontalmente o artigo 53 da Constituição Federal, que assegura a imunidade parlamentar exclusivamente a atos praticados no exercício do mandato. Destacou que a tentativa de aplicar retroativamente essa proteção é uma afronta ao princípio constitucional e representa uma provocação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Lembrou que a imunidade é uma garantia das minorias contra arbitrariedades do Estado, e não deve ser usada para proteger quem cometeu crimes antes da diplomação. Além disso, criticou o que chamou de “apequenamento do Parlamento”, ao destacar que a CCJC falhou em sua função de controle constitucional prévio. Concluiu afirmando que, caso o Plenário sustente tal posição, caberá ao STF o desmembramento da ação penal, permitindo que Bolsonaro e demais envolvidos sigam respondendo pela tentativa de golpe em 2023.



**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado comentou a manifestação em apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, que teria reunido dezenas de milhares de pessoas em ato pacífico. Destacou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) de sustar a ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem, acusado de envolvimento em tentativa de golpe de Estado. Além disso, ironizou a acusação, argumentando que não houve qualquer elemento típico de golpe, como armas ou tanques nas ruas, e sugeriu que, futuramente, o mundo verá com incredulidade esse episódio da política brasileira. Finalizou parabenizando Ramagem e se disse confiante de que o Plenário da Câmara confirmará a decisão da CCJC.

**Yandra Moura (UNIÃO - SE)** - A Deputada manifestou preocupação com o escândalo envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), classificando-o como o tema mais relevante da Câmara nos últimos dias. Informou já ter assinado o requerimento de instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), por acreditar que uma investigação conjunta entre Câmara e Senado pode trazer resultados mais sólidos. Além da fraude bilionária, destacou dois problemas estruturais do INSS: a extensa fila de segurados à espera da aposentadoria e o volume expressivo de precatórios devidos pelo órgão. Por fim, conclamou os colegas a se unirem tanto na investigação quanto no enfrentamento desses desafios sistêmicos.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado criticou a celeridade para aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, que tratou sobre o aumento do número de Deputados, de 513 para 531, e cobrou a mesma agilidade para votar o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados. Explicou que o texto, já aprovado pelo Senado, está há quase dois anos parado na Câmara, e que a proposta é vital para a sobrevivência de quem empreende no Brasil. Afirmou que os microempreendedores, que geram emprego, renda e pagam impostos, estão “confinados numa redoma” por regras defasadas. Por fim, pediu ao Presidente da Câmara para que priorizasse a votação do projeto, destacando que o fortalecimento dos pequenos negócios é essencial para a economia do País.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado criticou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do relatório que susta a ação penal contra o Deputado Ramagem. Explicou que a decisão fere a Constituição e ignora a Súmula nº 245 do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a extensão da prerrogativa parlamentar a corréus. Além disso, lembrou que o art. 53 da Constituição permite a sustação de ações penais apenas para Parlamentares, e não para outros réus, como os envolvidos nos processos do 8 de Janeiro, que incluem o ex-Presidente Jair Bolsonaro, Generais e aliados. Classificou a tentativa como uma



“manobra de anistia disfarçada”, já que o projeto de anistia não conseguiu avançar. Por fim, em complementação, disse tratar-se de uma afronta institucional e um atentado à legalidade, e afirmou que, caso o Plenário aprove essa decisão, o STF deverá declarar sua inconstitucionalidade.

**Mauricio Marcon (PODE - RS)** - O Deputado criticou o Governo Lula após a alta da taxa de juros, responsabilizando o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Ironizou a ausência de justificativas do Partido dos Trabalhadores (PT) e afirmou que o Governo está quebrando o país, encerrando com um pedido de “Fora, Lula”.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada criticou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que violaria a Constituição Federal ao tentar suspender uma ação penal que envolve 34 acusados por tentativa de golpe de Estado. Afirmou que a manobra busca proteger o ex-Jair Bolsonaro e militares de alta patente envolvidos nos ataques à democracia, classificando a decisão da CCJC como “escandalosa”, “inescrupulosa” e “indigna”. Alertou que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve desconsiderar tal decisão do Parlamento e seguir com as responsabilizações. Reforçou que o Brasil já cometeu erros ao anistiar golpistas no passado e que agora é hora de punir exemplarmente os responsáveis por ameaças à ordem democrática.

**Nelson Barbudo (PL - MT)** - O Deputado ironizou a promessa de campanha do Presidente Lula sobre o retorno da picanha à mesa dos brasileiros, afirmando que, com a alta dos juros essa realidade estaria cada vez mais distante. Criticou o Governo Federal pela condução da política econômica, afirmou que a esquerda estaria utilizando o caso Ramagem como cortina de fumaça para esconder a “incompetência” do atual Governo.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado criticou a reação da esquerda após a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da sustação da ação penal contra o Deputado Ramagem. Afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) e a “extrema esquerda” agem como um “menino malcriado” que busca abrigo no Supremo Tribunal Federal (STF) quando contrariados, ao invés de respeitarem a soberania do Parlamento. Acusou o Supremo de ser “puxadinho do PT” e afirmou que o verdadeiro poder soberano em um Estado Democrático de Direito é o Congresso Nacional, como já teria defendido o Ministro Fux. Concluiu alertando que “a roda-gigante gira” e que os que hoje recorrem ao Judiciário poderão, no futuro, ser derrotados pelo mesmo sistema que agora acionam.



**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado fez um apelo ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, criticando sua suposta participação em um café da manhã com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Classificou o MST como uma "organização criminosa disfarçada de movimento social" e afirmou que, embora Motta possa participar de reuniões como Deputado, não deveria fazê-lo na condição de Presidente da Casa. Relembrou a degola de um policial com uma foice no centro de Porto Alegre (RS) e criticou o silêncio sobre o caso. Por fim, reforçou que esse tipo de associação não condiz com a dignidade do cargo de Presidente da Câmara.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado criticou a alta taxa de juros, atualmente em 14,75%, apontando-a como a maior desde 2016. Relacionou esse dado ao escândalo envolvendo R\$ 90 bilhões em empréstimos supostamente indevidos aplicados nas aposentadorias de trabalhadores. Questionou quais bancos estariam se beneficiando desses juros elevados e acusou o Governo de favorecer instituições financeiras ligadas a aliados políticos, gerando lucro às custas dos aposentados. Por fim, afirmou que essa situação revelaria uma "roubalheira" orquestrada, com o Governo garantindo taxas atrativas aos bancos em detrimento da população mais vulnerável.

**Pr. Marco Feliciano (PL - SP)** - O Deputado criticou o escândalo dos empréstimos consignados não solicitados a aposentados, que somam R\$ 90 bilhões, e denunciou o silêncio do Governo diante do caso. Chamou de "canalhas" os responsáveis por roubar idosos e apresentou o Projeto de Lei nº 2.114, de 2025, que dispõe sobre a anistia das dívidas decorrentes de empréstimos consignados contratados por aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social entre 2016 e 2024, em razão de indícios de irregularidades sistêmicas nos contratos. Defendeu que essa é a única forma de reparar a injustiça com quem trabalhou a vida inteira e agora sofre com dívidas indevidas.

**Castro Neto (PSD - PI)** - O Deputado manifestou-se contra as fraudes envolvendo repasses do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a entidades conveniadas, classificando-as como ataques diretos à dignidade da pessoa idosa. Destacou que cada valor desviado representa carências reais, como a ausência de alimentos e medicamentos, para aqueles que já contribuíram com décadas de trabalho ao País. Reafirmou seu compromisso com a apuração rigorosa dos fatos, a punição dos responsáveis e a reconstrução de mecanismos de controle mais eficazes e transparentes. Encerrou prometendo não recuar na luta por justiça e respeito aos idosos.

**Vicentinho Júnior (PP - TO)** - O Deputado solicitou à Mesa Diretora que encaminhe à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2024, que acrescenta



art. 132-A e altera o art. 168 da Constituição Federal, para conferir autonomia orçamentária às Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e à Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados. Destacou seu respeito pelas carreiras jurídicas no Tocantins, como a Defensoria Pública e os procuradores estaduais, e defendeu a importância de aprofundar o debate sobre a matéria no âmbito da CCJC.

### ORDEM DO DIA

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente da Câmara abriu a Ordem do Dia para votação, em turno único, da Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, que visa suspender a ação penal em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), Petição nº 12.100, contra o Deputado Delegado Ramagem. Estabeleceu um rito célere e restrito para apreciação da matéria, considerando sua natureza excepcional e de foro íntimo, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), relatada pelo Deputado Alfredo Gaspar. Explicou que seriam vedados pedidos de retirada de pauta, adiamento de discussão ou votação, apresentação de emendas ou destaques, além de não haver debate em Plenário; e que apenas o Relator poderia fazer a leitura do parecer e o Deputado Ramagem teria 15 minutos para sua defesa. Além disso, os líderes partidários teriam 1 minuto para orientar bancadas, concomitantemente à votação, que seria nominal e exigiria maioria absoluta de votos favoráveis para aprovação. Por fim, esclareceu que questões de ordem com intuito protelatório seriam liminarmente indeferidas, e reforçou que a condução seguiria o art. 53, §3º da Constituição Federal, que assegura a imunidade formal parlamentar.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado apresentou Questão de Ordem com base no art. 53, § 3º, da Constituição Federal, sustentando que a imunidade parlamentar, e, portanto, a possibilidade de sustação de ação penal, aplica-se exclusivamente ao Parlamentar em exercício, no caso, o Deputado Alexandre Ramagem. Argumentou que o parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) vai além do que prevê a Constituição ao abrir caminho para a suspensão de toda a ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF), que envolve outros 33 réus além de Ramagem. Ressaltou que essa ampliação é inconstitucional, configura provocação indevida ao STF e viola os limites da imunidade parlamentar, que não deve ser estendida a terceiros. Criticou o fato de o rito definido pela Presidência da Câmara não permitir destaques ao parecer da CCJC, impossibilitando a correção dessa suposta irregularidade. Concluiu pedindo ao Presidente da Câmara que reconsidere o procedimento adotado e permita a votação destacada, a fim de garantir a fidelidade à Constituição.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado apresentou Questão de Ordem questionando o rito sumário adotado pela Presidência da Câmara na votação da sustação da ação penal contra o Deputado Delegado



Ramagem. Argumentou que, de acordo com o art. 126 do Regimento Interno, o que está em votação não deveria ser apenas o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), mas sim o projeto de resolução a ele vinculado, e que, inclusive, não foi numerado. Denunciou a ausência de debate e a impossibilidade de apresentar emendas como violações ao processo legislativo democrático e afirmou que a votação em regime de urgência extrema configura uma provocação institucional ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ressaltou que ao transformar Ramagem em “guarda-chuva”, o projeto estende indevidamente a imunidade parlamentar a outros réus, incluindo o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o que considera inconstitucional. Por fim, lamentou o que chamou de “atropelamento” do rito e cobrou respeito ao direito de dissenso e ao caráter deliberativo do Plenário.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado levantou Questão de Ordem com base no art. 95 do Regimento Interno e no art. 53, §3º da Constituição, alertando o Plenário de que o projeto de resolução votado não se limita a sustar a ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem, mas visa suspender toda a Petição nº 12.100, que abrange os cinco núcleos investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de golpe, incluindo o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Destacou que isso representaria uma afronta à Constituição e à Súmula nº 245 do STF, que estabelece que a imunidade parlamentar não se estende a corréus sem mandato. Também advertiu que, ao tentar barrar um julgamento que ainda nem começou, a Câmara se arriscaria a desmoralizar-se institucionalmente e reforçou que o gesto configura uma tentativa de blindagem de Jair Bolsonaro e de outros envolvidos, o que classificou como “aberração” e “teratologia jurídica”. Por fim, apelou aos Parlamentares, especialmente aos de centro, para que não votassem favoravelmente a uma medida inconstitucional.

**Guilherme Boulos (PSOL - SP)** - O Deputado apresentou Questão de Ordem, com base no art. 165 do Regimento Interno, cobrando a realização de debate em plenário sobre a proposta de sustação da ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem. Argumentou que, por se tratar de uma matéria de extrema gravidade, envolvendo acusações de tentativa de golpe de Estado, não seria admissível que a votação ocorresse sem discussão. Lembrou que a denúncia inclui planos para assassinar o Presidente Lula e o Vice Alckmin, prender Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e utilizar órgãos do Estado, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para viabilizar um golpe. Elogiou a conduta até então equilibrada do Presidente Hugo Motta, mas alertou que este caso abre precedentes perigosos para o funcionamento do Parlamento e a separação dos Poderes. Encerrou fazendo um apelo para que o rito respeitasse a exigência de debate público e transparente, reafirmando que não se tratava apenas de proteger um Parlamentar, mas de tentar blindar os responsáveis por uma trama golpista.



**Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL)** - O Deputado proferiu parecer à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, decorrente do recebimento da denúncia contida na Petição n. 12.100, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado criticou a Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, decorrente do recebimento da denúncia contida na Petição n. 12.100, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem, destacando que, na prática, o texto busca trancar toda a Ação Penal nº 12.100, que envolve outros réus, inclusive o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Apontou que isso representa uma tentativa de blindagem coletiva inconstitucional, já que a imunidade parlamentar só se aplicaria a crimes cometidos por Parlamentares após a diplomação, conforme o art. 53, §3º da Constituição e a Súmula 245 do STF, que veta a extensão da imunidade a corréus. Relembrou que o próprio STF determinou que a aplicação da imunidade se restringe exclusivamente ao Deputado Ramagem e apenas a dois crimes posteriores à diplomação: dano qualificado e destruição de patrimônio tombado, relacionados ao 8 de janeiro. Explicou que o Relator Alfredo Gaspar extrapolou ao estender a sustação a todos os crimes e réus, o que rasga a Constituição e expõe a Câmara a um vexame institucional. Além disso, alertou que aprovar a proposição colocaria o Parlamento contra o STF, sem qualquer base legal ou política, e reduziria a Câmara a uma “irrelevância institucional”. Lembrou ainda que o golpe começou antes da diplomação, com ataques às urnas e articulações para assassinatos e intervenção militar. Finalizou reafirmando: "Sem anistia!".

**Natália Bonavides (PT - RN)** - A Deputada apresentou Questão de Ordem com base nos arts. 100 e 108 do Regimento Interno da Câmara, argumentando que a matéria em discussão, a sustação da Ação Penal nº 12.100, estaria sendo tratada como parecer, mas o próprio Relator a define como projeto de resolução em seu relatório. Argumentou que isso exigiria outro rito: deveria haver possibilidade de debate, emendas e cumprimento das etapas regimentais previstas para projetos de resolução, o que não estaria ocorrendo. Também fez um apelo pessoal ao Presidente Hugo Motta, citando a memória do jurista Paulo Bonavides e alertou para o precedente histórico de 1964, quando a Câmara legitimou o golpe militar e, pouco depois, teve suas portas fechadas. Enfatizou que o requerimento de sustação foi protocolado em 1º de abril, Dia da Mentira, reforçando o simbolismo de um processo que não estaria respeitando a Constituição nem o Regimento. Concluiu pedindo que a Presidência reconheça formalmente o trâmite como projeto de resolução, para que seja tratado com o devido rito democrático.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada apresentou Questão de Ordem com base no art. 100, § 3º, do Regimento Interno da Câmara, que determina que “nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa”. Argumentou que o parecer do Relator extrapolou o escopo



da ementa, que trata exclusivamente da sustação da ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem, conforme previsto na Constituição, que restringe tal prerrogativa exclusivamente a Parlamentares, e somente para crimes cometidos após a diplomação. Afirmou que o Relatório apresentado se refere à sustação de toda a Ação Penal nº 12.100, incluindo corréus que não são Parlamentares e crimes que extrapolam o escopo permitido pela Constituição, caracterizando “um escárnio” e uma “ofensa” ao Parlamento, à Constituição e ao Regimento Interno. Pediu que a matéria fosse considerada incompatível com o objeto da proposição original, uma vez que incluiu conteúdo estranho à ementa e ao rito previsto, e reforçou que a Câmara não poderia votar algo que ultrapassasse sua própria competência constitucional.

**Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG)** - O Deputado levantou Questão de Ordem, com base no § 3º do art. 53 da Constituição, em relação à Câmara decidir, pela sustação ou não da ação penal como um todo, sem restrições. Afirmou que a Constituição seria clara: ao autorizar a Câmara a sustar a ação, não distinguiria réus nem crimes, e portanto a decisão deveria ser objetiva, com a ação sendo suspensa integralmente, ou não. Concluiu que, em defesa da imunidade parlamentar, votaria pela sustação da ação penal.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada criticou a votação da Câmara que pode sustar a ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem e, por consequência, beneficiar outros envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Afirmou que o processo estaria sendo conduzido sem o devido debate e com interpretações abusivas da Constituição, convertendo a prerrogativa parlamentar em escudo para impunidade. Ressaltou que a imunidade parlamentar não se estende a corréus, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), e denunciou o que chamou de “trenzinho da anistia” — uma manobra para blindar todos os núcleos envolvidos na trama golpista. Acusou o Presidente da Câmara, Hugo Motta, de compactuar com o atropelo do Regimento e afirmou que este seria um voto histórico, destacando o “não” do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como uma posição em defesa da democracia e contra a impunidade dos golpistas.

**Renildo Calheiros (PCdoB - PE)** - O Deputado alertou para a gravidade institucional do projeto de resolução que visa sustar a ação penal contra o Deputado Ramagem, criticando a tentativa de estender a prerrogativa de imunidade parlamentar a corréus que não são Parlamentares, como Jair Bolsonaro, Braga Netto e Augusto Heleno. Lembrou, citando o art. 53 da Constituição e a Súmula 245 do Supremo Tribunal Federal (STF), que a imunidade se aplica exclusivamente a crimes cometidos por Parlamentares após a diplomação. Além disso, sugeriu que, caso a ação fosse separada, mantendo a sustação apenas para Ramagem, haveria ampla maioria de apoio no Plenário e se garantiria a defesa das prerrogativas parlamentares sem desrespeitar a Constituição. Concluiu que insistir na versão inconstitucional do projeto comprometeria a legitimidade do



Congresso, alimentaria conflitos com o STF e enfraqueceria o próprio instituto da imunidade parlamentar, dando à sociedade a impressão de que ele serviria para proteger criminosos.

**Bia Kicis (PL - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, decorrente do recebimento da denúncia contida na Petição n. 12.100, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, decorrente do recebimento da denúncia contida na Petição n. 12.100, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Fabio Schiochet (UNIÃO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do



andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Neto Carletto (AVANTE - BA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Dr. Frederico (PRD - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Caroline de Toni (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Zucco (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.



**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da ação penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada criticou o relatório apresentado à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, pela sustação do andamento da Ação Penal contida na Petição nº 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal, em que tratou do caso do Deputado Delegado Ramagem, acusando o Relator de extrapolar os limites constitucionais e incluir indevidamente nomes como o do ex-Presidente Jair Bolsonaro e do general Braga Netto. Nesse sentido, argumentou que o artigo 53 da Constituição garante imunidade apenas a membros do Congresso Nacional, e não a ex-Presidentes ou militares. Também destacou que o parecer representou uma tentativa de anistia indireta aos responsáveis pelos ataques de 8 de janeiro de 2023. Em seguida, defendeu que o foco deveria ser a conduta do Deputado após sua diplomação, especialmente sua relação com a chamada "Abin paralela". Alertou ainda para os riscos de se relativizar a Constituição e proteger golpistas que atentaram contra o Estado Democrático de Direito.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado defendeu que o julgamento de Parlamentares deve respeitar as prerrogativas conquistadas após a ditadura, lembrando o caso do ex-Deputado Rubens Paiva como símbolo da repressão. Criticou o uso do discurso de proteção ao Legislativo para impedir o andamento de ações penais contra envolvidos em tentativa de golpe de Estado, entre eles o Deputado Delegado Ramagem. Também ressaltou que os réus atuaram dentro do Estado para subverter a democracia, e o relatório apresentado à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, buscou trancar ações que apuram crimes graves, como o planejamento de assassinatos de autoridades. Ao concluir, afirmou que a Casa não estaria protegendo prerrogativas, mas se expondo a novos ataques à democracia.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado criticou discursos que distorcem a Constituição, comparando-os à inversão de significados descrita no livro 1984, de George Orwell. Em seguida, saudou o parecer apresentado pelo Deputado Alfredo Gaspar à Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, que ressalta as imunidades parlamentares como garantias do povo e não privilégios individuais. Ademais, denunciou supostas pressões de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre Parlamentares e destacou que o Legislativo reafirmou sua independência ao rejeitar essas interferências. Encerrou destacando que a força do Parlamento emana do voto popular e que a Câmara agiu em defesa da Constituição e da liberdade contra abusos de outros Poderes.



**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado classificou como histórico o dia em que a Câmara se posicionou a favor do trancamento da ação penal contra o Deputado Delegado Ramagem. Em seguida, elogiou o Presidente Hugo Motta por respeitar a Constituição e o rito regimental, e agradeceu aos Líderes partidários que votaram pela manutenção das prerrogativas parlamentares. Além disso, destacou o trabalho técnico do Relator da Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, Deputado Alfredo Gaspar, e reafirmou o apoio da bancada do PL. Também prestou solidariedade ao Deputado Delegado Ramagem, elogiando sua conduta ética, e criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por praticar abusos. Ao final, acusou o Governo Federal de permitir fraudes contra aposentados e prometeu apuração por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.892, de 2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público Privadas.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado destacou a importância do projeto negociado com o Relator Deputado Arnaldo Jardim, que representa uma vitória para o Brasil ao permitir a ampliação de investimentos públicos, especialmente nas obras do PAC e no fortalecimento da capacidade de investimento de Estados e Municípios. Elogiou a atuação relator pela habilidade no diálogo e pela pacificação da Casa durante a tramitação da proposta. Agradeceu também aos Líderes, inclusive da Oposição, por não obstruírem a votação de um projeto que considera essencial para o desenvolvimento do País.



**Gabriel Nunes (PSD - BA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.892, de 2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público Privadas.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada anunciou que a Deputada Jack Rocha seria a nova Coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, após votação prevista para ocorrer em duas semanas. Celebrou a decisão, referindo-se simbolicamente à “fumaça branca” como sinal de consenso e renovação na liderança das Deputadas na Casa.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada anunciou que a nova Procuradora da Mulher da Câmara será a Deputada Coronel Fernanda, destacando que a escolha resultou de um acordo partidário que buscou contemplar a maior diversidade possível de representações femininas. Ressaltou a importância do diálogo entre os partidos e elogiou a união entre diferentes forças políticas.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada celebrou o acordo entre diversos partidos que resultou na nova composição da Secretaria da Mulher da Câmara, destacando a capacidade das Parlamentares de dialogar na pluralidade e nas divergências. Informou que a nova estrutura será liderada pela Deputada Coronel Fernanda (PL) na Procuradoria da Mulher e pela Deputada Jack Rocha (PT) na Coordenação da Bancada Feminina, com participação de outros partidos como MDB, PSOL, PCdoB, PSD e Republicanos. Agradeceu ao Presidente Hugo Motta pelo apoio e destacou a importância de uma Secretaria da Mulher forte, comprometida com os direitos das mulheres brasileiras.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada agradeceu ao Presidente da Câmara por respeitar os interesses da bancada feminina, destacando o compromisso com a representação das mulheres na Mesa Diretora. Enfatizou que, mesmo diante das normas do Regimento Interno, foi possível realizar um “conclave” da bancada feminina, em alusão bem-humorada à escolha papal, que culminou em um acordo após várias reuniões. Por fim, reforçou a importância de que o Presidente acate a decisão consensual construída pelas Parlamentares.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente parabenizou as Deputadas Benedita da Silva e Soraya Santos pelo trabalho exemplar à frente da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher, reconhecendo suas contribuições relevantes, inclusive em pautas levadas ao Supremo Tribunal Federal. Elogiou especialmente a liderança e dedicação de ambas e expressou confiança nas sucessoras, Deputada Jack Rocha e Deputada Coronel Fernanda, afirmando que elas honrarão a bancada feminina. Reiterou o compromisso da



Presidência com a valorização das mulheres na política e garantiu o cumprimento do acordo construído pelas Parlamentares.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do art. 28 da lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que consta do art. 3º da subemenda substitutiva apresentado ao Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado elogiou a iniciativa do Governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo, por liderar a transição energética no Brasil com ações concretas, como o uso de etanol, biometano e hidrogênio verde, especialmente no setor agropecuário. Defendeu que o Acre siga esse exemplo, aproveitando seus recursos naturais para investir em energia limpa, gerar empregos verdes e alcançar independência energética. Por fim, cobrou vontade política e articulação entre os poderes e setores para que o Estado não fique à margem da inovação, tornando-se referência em energia sustentável na Amazônia.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado celebrou a instalação da Comissão Especial que analisará o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que propõe ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Anunciou também sua eleição como presidente da Comissão, destacando que encara essa função como uma missão coletiva em favor da justiça tributária e da dignidade humana. Comprometeu-se a conduzir os trabalhos com diálogo, responsabilidade fiscal e justiça social. Enfatizou que o projeto é uma medida moral e urgente, que busca aliviar o peso tributário sobre quem mal consegue sobreviver. Por fim, agradeceu a confiança dos colegas e reafirmou o compromisso de trabalhar com seriedade para aprovar a proposta e combater as desigualdades.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.725, de 2023, de sua autoria, na Comissão de Agricultura da Câmara. Explicou que a proposta permite uma nova forma de compensação de Reserva Legal para proprietários rurais que, de boa-fé, converteram áreas com autorização ambiental, mas foram prejudicados por mudanças posteriores na legislação. Defendeu que a medida representa um equilíbrio entre produção e preservação, corrigindo injustiças sem punir produtores que seguiram a lei. Concluiu, reforçando o compromisso com uma legislação moderna, justa e sustentável, e pediu apoio dos colegas para a continuidade da tramitação do projeto.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado prestou homenagem aos oftalmologistas pelo seu dia, comemorado em 7 de maio, destacando a importância desses profissionais na prevenção e tratamento de doenças oculares



que, se não identificadas a tempo, podem causar cegueira irreversível. Ressaltou que a oftalmologia vai além da prescrição de óculos, sendo essencial na detecção precoce de enfermidades como glaucoma, catarata e diabetes ocular. Alertou também para a falta de acesso à saúde ocular no Brasil, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e defendeu políticas públicas que ampliem o atendimento oftalmológico.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada informou que assumiu a presidência da Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. Destacou o compromisso com a valorização do esporte feminino, a inclusão de pessoas com deficiência, o combate ao racismo e à corrupção no setor esportivo. Também defendeu o fortalecimento da prática esportiva nas escolas e a construção de políticas públicas que ampliem o acesso ao esporte como ferramenta de inclusão, saúde e desenvolvimento social.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado alertou para o desequilíbrio fiscal entre União, Estados e Municípios, descrito como uma “bomba-relógio” no pacto federativo. Destacou que Estados e Municípios já gastam mais que o Governo Federal, impulsionados por transferências crescentes e por um modelo de emendas parlamentares que avança com pouca fiscalização. Também criticou o Supremo Tribunal Federal por, segundo ele, legitimar práticas que comprometem a responsabilidade fiscal. Ao final, defendeu reformas institucionais e um novo pacto federativo que impeça o uso político do orçamento e garanta equilíbrio fiscal para as futuras gerações.

**Ruy Carneiro (PODE - PB)** - O Deputado defendeu a manutenção do número de cadeiras da Paraíba e de outros Estados no Congresso Nacional, em reação à possível redução baseada no Censo de 2022. Destacou falhas na coleta de dados durante o período pós-pandemia e alertou para o impacto negativo na representatividade e na articulação política do Estado. Ademais, citou o avanço do debate com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, que busca corrigir distorções na distribuição das vagas sem prejudicar Estados historicamente vulneráveis. Reforçou a necessidade de diálogo e mobilização para preservar o equilíbrio federativo e a voz do povo paraibano.

**Lêda Borges (PSDB - GO)** - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que trata da renegociação das dívidas previdenciárias e do estabelecimento de limites proporcionais para o pagamento de precatórios pelos Municípios. Informou que a proposta é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira das Prefeituras, especialmente das cidades do Entorno do Distrito Federal, que enfrentam rápido crescimento populacional e escassez de recursos. Também argumentou que a medida



fortalece o pacto federativo e possibilita planejamento, continuidade dos serviços públicos e maior justiça na distribuição de responsabilidades entre os entes da federação.

**Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP)** - O Deputado denunciou a grave desigualdade racial no acesso ao saneamento básico nas escolas públicas do Brasil. Destacou, com base na pesquisa “Água e Saneamento nas Escolas Brasileiras: Indicadores de Desigualdade Racial a partir do Censo Escolar”, que cerca de 1,4 milhão de estudantes ainda frequentam escolas sem fornecimento de água potável, e que os mais afetados são alunos negros e indígenas. Classificou a situação como um retrato alarmante da falta de infraestrutura e de vontade política, criticando a omissão dos gestores públicos diante de uma realidade que compromete não só a saúde, mas também o desempenho escolar e a dignidade desses estudantes. Ao final, afirmou que a desigualdade racial na educação é uma afronta inaceitável e exige resposta urgente das autoridades.

**Stefano Aguiar (PSD - MG)** - O Deputado celebrou os 77 anos da criação do Estado de Israel, exaltando a trajetória histórica e a resiliência do povo judeu. Destacou o papel decisivo do Brasil, especialmente por meio do diplomata Oswaldo Aranha na Organização das Nações Unidas (ONU), na criação do Estado israelense. Além disso, ressaltou que Israel representa a união entre tradição milenar e inovação tecnológica, tendo se tornado uma potência em áreas como agricultura, ciência e segurança hídrica. Também compartilhou sua experiência em visita ao País e defendeu o fortalecimento dos laços bilaterais, baseados em valores democráticos, cooperação econômica e respeito mútuo.

## ENCERRAMENTO